

Revelando a presença feminina no jornalismo investigativo¹

Revealing the presence of women in investigative journalism

Marli dos Santos²

1. Resumo

A prática do jornalismo investigativo enseja uma conjugação de métodos de apuração complexos. Historicamente o masculino tem predominado nas redações, mesmo que hoje haja um processo de feminização nesse meio profissional. Isso nos leva a refletir sobre os possíveis impactos na produção jornalística, especialmente no jornalismo investigativo. O objetivo deste artigo é verificar a evolução da participação feminina na produção de reportagens investigativas, tendo como referência a categoria prêmio especial do Prêmio Esso de Jornalismo, de 1956 a 2013. Trata-se de uma investigação preliminar que faz parte do projeto de pesquisa “O Olhar feminino no jornalismo investigativo”, desenvolvido pela autora no Póscom/UMESP. Os primeiros resultados apontam que o maior número de prêmios foram atribuídos às mulheres, como autoria individual ou autoria principal em produções conjuntas, revelando a qualificação das mulheres na investigação jornalística.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo 1. Gênero feminino 2. Prêmio Esso de Jornalismo 3.

¹ Trabalho apresentado no I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 24 e 26 de julho de 2014.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). e-mail: marli.santos@metodista.br.

Abstract: The practice of investigative journalism needs a combination of complex methods. Male historically has prevailed in newsrooms, even if today a process of feminization in this professional environment. In this case, we can think about possible impacts on journalistic production, especially in investigative journalism . The purpose of this article is to verify the evolution of female participation in the production of investigative reports, with reference to the main prize of the Esso Journalism Award, 1956-2013. This is a preliminary investigation which is part of the research project " The feminine look in investigative journalism", developed by the author in the Póscom/UMESP . The first results indicate that the largest number of prizes were awarded to women, as individual authors or principal authorship in joint productions, revealing the qualification of women in the journalistic investigation .

Keywords: Investigative Journalism 1. Gender Female 2. Esso Journalism Award 3.

.....

1 A teoria e a prática do Jornalismo investigativo no Brasil

Introdução

O termo jornalismo investigativo é considerado por alguns pesquisadores e profissionais como o equivalente à definição do próprio jornalismo. Porém, há outros que o consideram uma especialidade, ou como um gênero autônomo (FORTES, 2010). O pesquisador espanhol Marcet (In MARKINA, 2010, p. 36) também discute a natureza do jornalismo investigativo, argumentando sobre a sua especialidade: “El periodismo de investigación se diferencia de otras modalidades periodísticas em que el periodista utiliza una metodología singular para alcanzar el tema que se propone, que se diferencia claramente de la metodología utilizada por otras especialidades periodísticas”.

Marcet ainda, citando Caminos (1997), menciona que o jornalismo investigativo pode ser considerado uma espécie de radiografia, porque traz à luz fatos e personagens ocultos, que somente podem ser revelados por meio de técnicas de trabalho especiais. Já Fortes (2010, p. 15) cita o jornalista e pesquisador Eugênio Bucci, que caracteriza o jornalismo investigativo quanto ao “objeto da pauta, o método de apuração, a forma e o conteúdo finais com que a reportagem se apresenta.”

Em “Jornalismo investigativo e Pesquisa científica”, Francisco Karam, um dos organizadores da obra e autor do prefácio, menciona que há um crescimento nos estudos de jornalismo e da investigação jornalística no mundo. Diz o autor:

Na era tanto dos segredos como da informação, cresce em importância o desvendamento cotidiano da realidade e de sua exposição naquilo que tem de mais relevante e útil socialmente, por meio de uma atividade cujos princípios pretendem dar transparência social, vinculada ao interesse público, de temas, de questões, de aspectos fundamentais do dia a dia, para que a sociedade possa se situar mais e melhor, também, de forma mais imediata.” (CRISTOFOLETTI; KARAM, 2011, p. 9)

De acordo com Marcelo Beraba, presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), para se fazer o jornalismo investigativo é necessário uma “qualificação específica”. Exige mais tempo, mais pesquisa, mais observação, checagem de dados, “a busca obsessiva por documentos e provas” (FORTES, 2010, p. 15). Além disso, jornalistas que fazem matérias investigativas lançam mão de alguns expedientes não muito ortodoxos, que levam a uma discussão ética, como o uso de câmeras escondidas, a não identificação como jornalistas, a exposição ao risco.

Sequeira analisa que o jornalismo investigativo emerge justamente em razão das mudanças nas empresas jornalísticas, “quando o leitor/consumidor passa a ser o fim e o objetivo do produto jornal” (2005, p. 61). A reportagem ganha aspectos como “dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação entre outros fatos (contexto) e a incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro” (SEQUEIRA, 2005, p. 62). Esses procedimentos dizem respeito também à reportagem dita interpretativa, porém, Sequeira considera que a diferença em relação ao jornalismo investigativo está justamente nas estratégias de apuração, e que é preciso buscar na teoria de abdução de Pierce um fundamento teórico para a reportagem investigativa.

Nesse sentido, o levantamento de hipóteses, que podem ou não ser comprovadas no caminho da investigação, são essenciais ao trabalho jornalístico, segundo a autora. Não obstante na ciência o levantamento de hipóteses esteja atrelado a um procedimento dedutivo, a reportagem investigativa não prescinde da indução e da dedução.

Sobre hipóteses, verificação e confrontação

É verdade que a roda do conhecimento na ciência possui dois movimentos: o dedutivo, quando se parte de hipóteses para corroborar ou refutar hipóteses; e o indutivo, que pressupõe

um movimento diferente, no qual se parte de uma indagação, de questionamentos, para um procedimento exploratório, descritivo, que contribui para o desenvolvimento e fortalecimento de teorias. É um movimento complementar, não contraditório. Partir de afirmações provisórias enseja planejamento tanto quanto o procedimento exploratório.

Interessante observar que em manuais, como “A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos”, patrocinado pela Unesco e de autoria de Hunter (2013, *online*) a hipótese é um procedimento super valorizado. Assim:

1. Uma hipótese lhe dá algo a se verificar, ao invés de tentar descobrir um segredo. (...) 2. Uma hipótese aumenta as suas chances de descobrir segredos. (...) 3. Uma hipótese torna mais fácil gerenciar o seu projeto. (...) 4. Uma hipótese é uma ferramenta que você pode usar repetidas vezes. (...) 5. Uma hipótese praticamente garante que você entregará uma história, e não somente uma massa de dados. (HUNTER, 2013, p. 16)

Os procedimentos apresentados por Hunter seguem em parte a estrutura de um projeto científico, da questão (ou problema de pesquisa) à coleta e organização dos dados. A “ordem narrativa” é de outra natureza.

Segundo Marcet (In; MARKINA, 2010), o jornalismo investigativo não pode prescindir da constante verificação e confrontação de fontes documentais e pessoais; além de requerer uma postura proativa. Esse comportamento do profissional de jornalismo é representado nas características que o jornalismo investigativo deve ter, segundo Hunter (2013, *online*)

- As informações não podem ser publicadas até que a sua coerência e completude estejam garantidas.
- A pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode continuar após a sua publicação.
- A história se baseia no máximo possível de informações, e pode ser bastante longa.
- A reportagem requer uma documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes.
- A boa fé das fontes não pode ser presumida; qualquer fonte pode fornecer informações falsas; nenhuma informação pode ser utilizada sem verificação.
- As informações oficiais são ocultadas do(a) repórter, porque a sua revelação pode comprometer os interesses de autoridades ou instituições.
- O(a) repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes
- O(a) repórter dispõe de mais informações do que qualquer uma das suas fontes, considerada individualmente, e de mais informações do que a maioria delas em conjunto.
- As fontes frequentemente não podem ser identificadas, em nome de sua segurança.

- O(a) repórter se recusa a aceitar o mundo como ele se apresenta. A história visa a penetrar ou expor uma dada situação, para que seja reformada ou denunciada, ou,
- em certos casos, para que se promova um exemplo de um caminho melhor.
- Sem um engajamento pessoal do(a) repórter, a história nunca será completada.
- O(a) repórter busca ser justo(a) e escrupuloso(a) em relação aos fatos da história, e com base nisso pode designar as suas vítimas, heróis e malfeitores. O(a) repórter também pode oferecer um juízo de valor ou veredito sobre a história.
- A estrutura dramática da história é essencial para o seu impacto, e leva a uma conclusão que é oferecida pelo(a) repórter ou por uma fonte.
- Os erros expõem o(a) repórter a sanções formais e informais, e podem destruir a credibilidade do(a) repórter e do(s) meio(s) de comunicação.

O fato de o jornalismo investigativo requerer métodos de apuração mais sofisticados, profissionais mais bem preparados e, conseqüentemente mais tempo, diminuem as chances de seu exercício em tempos de redução de recursos humanos e de custos na produção noticiosa. Em artigo publicado no jornal Washington Post em 7 de junho de 2012, Leonard Downie Junior, jornalista e professor de jornalismo da Universidade do Estado do Arizona nos Estados Unidos, “afirma que o jornalismo investigativo não nasceu com o Watergate, mas tornou-se mais forte no jornalismo americano – e se espalhou consistentemente pelo mundo – em grande parte por conta do episódio que derrubou o presidente Richard Nixon na década de 70”. (NUNES, 2012). Downie Junior diz que as reportagens investigativas tornaram-se “um peso para redações cada vez mais enxutas, na medida em que os jornais, em crise, lutam para se reinventar e sobreviver.”

Na história da imprensa americana, o jornalismo investigativo após “hibernar” ao longo das “duas guerras, a Grande Depressão e o macartismo” (NUNES, 2012), ressurgiu na década de 1960, em razão dos movimentos sociais e da contracultura. O Prêmio Pulitzer criou em 1964 uma premiação para as reportagens investigativas, e em 1972 o caso Watergate foi exemplo para o mundo e para os jornalistas. Nesse sentido, a definição de Marcet (trazer a luz temas ocultos) dá contornos efetivos ao jornalismo investigativo como especialidade do jornalismo. No Brasil, o reconhecimento maior pelo exercício profissional da reportagem é o Prêmio Esso.

Feminização

Em relatório divulgado em 6 de maio de 2013 sobre o “Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012”, realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, da Universidade Federal de Santa Catarina (2012), em parceria com a Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas, com apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), constatou-se que há uma feminização das redações. As mulheres representam 63,7% desse universo. Outra informação importante é que 59% dos jornalistas são jovens (até 30 anos), 98% têm formação superior, sendo que a maioria, 55% atuam na mídia. Porém, as mulheres começaram a atuar nas redações antes mesmo da criação dos primeiros cursos de jornalismo.

Essa presença aumentou sistematicamente ano a ano: de apenas 7%, em 1950, passou a 50,3% (contra 49,7% de homens) em 2003, até chegar à maioria absoluta nos dias atuais (...) espelhando a presença feminina nos cursos de comunicação – tende a crescer ainda mais. (TEMER, ASSIS, SANTOS, 2013)

De acordo com os autores acima, hoje, “Apesar das mulheres serem em maior número nas redações, os homens ainda são maioria nos cargos de chefia e dominam os cargos com salários mais altos”. Além disso, o perfil da mulher economicamente ativa no Brasil, segundo pesquisas do IBGE, inclui a jornada dupla (trabalho formal e atividades domésticas/familiares) ou tripla (trabalho formal, trabalho extra e atividades domésticas/familiares).

O segmento jornalístico reflete uma mudança social das relações da mulher com o mundo trabalho, mas não deixa de significar também que há discriminação histórica. A sociedade patriarcal é sustentada, desde seu surgimento, “sob o discurso de uma necessidade econômica” (TEMER, ASSIS, SANTOS, 2013), sustentando o poder familiar e político dos homens. As mudanças começaram a ocorrer no século XIX, com a conquista do voto feminino, e com o advento da Segunda Guerra Mundial, que não pôde prescindir da mão de obra feminina.

As conquistas da mulher no mundo do trabalho se justificaram em grande parte pelas necessidades econômicas e pelas mudanças nas instituições seculares, como a família. Pesquisas sobre gênero apontam que as jornalistas, como mulheres em outros campos profissionais, sofrem com relações tensas no trabalho e violências de gênero (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho do Brasil)

Porém, de acordo com Koshiyama (2001), há uma mudança na perspectiva da cobertura jornalística da mulher que vai além das demandas e do universo feminino. Em entrevistas preliminares sobre a atuação da mulher nas reportagens especiais e de imersão, observou-se que as profissionais possuem uma visão mais contextualizada do fato, que estão mais atentas aos limites éticos da profissão, além de estarem mais atentas às questões que envolvem a família e a violência à mulher.

Temer, Assis e Santos, citando Mouffe (1999), analisam:

... a democracia consiste em aceitar as diferenças como naturais. Desta forma, há uma expectativa de que as mulheres jornalistas gradativamente assumam que se igualar aos homens não significa assumir seus comportamentos e que o aspecto emocional pode ser um grande trunfo feminino (2013, p. 12)

Pistas teóricas

Em análise sobre a questão de gênero no universo do trabalho, há estudos, como o de Muraro e Boff (2010), que mencionam um olhar mais altruísta e solidário da mulher que interferem na prática profissional. Nesse sentido, a corrente teórica sociológica denominada interacionismo simbólico pode nos ajudar a esclarecer como as jornalistas elaboram suas representações da atuação das mulheres no jornalismo investigativo.

No interacionismo simbólico cada ação social possui um caráter contextual. Ou seja, a cada ação jornalistas buscam se orientar antecipando a reação do outro, definindo e interpretando o outro. Isso abrange as interações com os pares, com as fontes, com a empresa jornalística, com a sociedade. Nesse sentido, há uma representação do outro, que abrange pressupostos ligados a experiências individuais e as coletivas.

Pereira (2011, p. 31), ao estudar as características dos “jornalistas-intelectuais”, menciona que há duas dialéticas fundamentais que são incorporadas pelo interacionismo simbólico no entendimento da sociedade.

Primeiro, a ideia de que toda interação é um processo de ação sobre o outro (indivíduo, grupo, comunidade), no plano simbólico (das ‘palavras’) e também no plano concreto da vida social (das ‘coisas’). Segundo, que essa relação se articula nas dimensões estrutural/sociológica e individual/psicológica.

Outras teorias buscam explicar o processo de produção noticiosa. De acordo com Sousa (2000) a perspectiva de Schudson apresenta uma sistematização dessas teorias resumidas nas interfaces e interrelações entre ação pessoal, ação social e ação cultural na produção jornalística. Sousa acrescenta a ação do meio social não organizacional, como outro fator no processo. Essas influências abrangem a autoimagem dos jornalistas, a competição entre profissionais, a relação com as fontes, a deontologia da profissão, os interesses e a ideologia das empresas jornalísticas, as características do próprio meio (linguagem), o público, entre outros. Teorias como *newsmaking*, *agenda setting* e o conceito de *gatekeeper* balizaram vários estudos sobre a produção jornalística, os quais podem auxiliar na reflexão sobre a atuação feminina no universo jornalístico, bem como a evolução de sua atuação profissional.

Presença feminina no Prêmio Esso

O Prêmio Esso de Jornalismo é o mais importante distinção no jornalismo brasileiro. Foi criado em 1955, pela empresa que deu nome ao prêmio, e já recebeu mais de 30 mil trabalhos nesses quase 59 anos de premiações, de acordo com o site oficial (PRÊMIO ESSO, 2014, *online*). O prêmio principal é designado ao trabalho “considerado de melhor qualidade dentre todos os finalistas”.

Em levantamento preliminar feito para pesquisa na área, de 1960 a 1980, apenas uma mulher alcançou o prêmio principal, das 19 premiações realizadas nesse período (em 1966 não houve Prêmio Esso). Desde que houve a primeira premiação, em 1956, verifica-se que ao longo de mais de duas décadas (anos 1960 e 70), período em que o regime militar vigorou (1964-1985), a categoria principal do Prêmio Esso foi exclusivamente dirigida a homens, apesar da revolução sexual feminina, do movimento feminista, da descoberta da pílula anticoncepcional, do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho. As premiações não refletiram o avanço do gênero feminino na luta pela igualdade de direitos. Obviamente, as premiações não refletem a realidade global da produção jornalística das mulheres nas redações, porém, é possível observar a partir desse indicador uma tendência nas premiações.

Na década de 1980, quando ocorre a abertura política, o movimento pelas Diretas Já, a volta da democracia, ainda assim houve apenas uma premiação especial às repórteres. Em

1983, Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck investigaram “O caso Baumgarten”. Diz a síntese da matéria (PRÊMIO ESSO, 2014, *online*)

O que parecia ser mais um caso doloroso de afogamento no mar, adquire conotações de verdadeira conspiração a partir da revelação de uma carta em que o jornalista Alexandre Von Baumgarten, acusa os principais chefes do Serviço Nacional de Informações pela sua morte. A hipótese ganha sustentação quando a autópsia mostra que o jornalista, ligado aos órgãos de segurança e informações, fora na verdade assassinado.

Nos anos 1990, foram cinco prêmios principais atribuídos à mulheres (1990, 94, 95, 96, 98) sendo que entre esses um se refere a reportagem assinada individualmente, outra assinada como autoria principal, e nas demais premiações as repórteres fazem parte da equipe. A primeira reportagem assinada individualmente nessa década foi publicada em 1995, autoria de Rebeca Kritsch, “Viver nas ruas de São Paulo”. A repórter passa duas semanas vivendo nas ruas da capital paulistana para observar o cotidiano dos moradores de rua. Trata-se basicamente de uma matéria de imersão, técnica que também pode ser utilizada no jornalismo investigativo. De acordo com Temer, Assis e Santos (2013, *online*, p. 4),

O mergulho do repórter na cena do acontecimento proporciona uma outra perspectiva da complexa realidade. Pessoas, cenários, situações. Consequentemente, o jornalista pode elaborar uma narrativa mais rica, repleta de detalhes, impressões e sensações. Para a imersão, a observação participante é essencial. No campo científico, a técnica “consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”.

Ainda em 1998, a reportagem “Teste de guaraná”, de Maria Elisa Alves, Rolland Gianotti e Equipe, aborda deficiências nos testes de urina realizado por clínicas no Brasil, provocando investigação da vigilância sanitária.

Já a partir do século XXI, entre 2000 e 2013, portanto 14 premiações, oito foram alcançadas por mulheres, sendo três reportagens com autoria única, quatro com autoria principal e quatro mulheres como componentes da equipe de reportagem em três matérias laureadas com o maior prêmio. Os dados revelam a intensa participação da mulher na reportagem investigativa de 2001 a 2011, como também a qualidade de seu trabalho.

Os oito Prêmios Esso atribuídos a mulheres ocorreram nos anos de 2001, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, sendo três individuais e três como autoria principal.

Pelas sínteses apresentadas, a maioria das reportagens feitas por mulheres indica procedimentos investigativos, que dependeram da proatividade do repórter, com verificação e confrontação de fontes documentais e pessoais.

Considerações finais

Cada vez mais chama a atenção a presença feminina nos cursos de jornalismo e nas redações no Brasil. Elas ocupam 63,7% do mercado de trabalho. Tendo em vista essa nova realidade, é relevante para os estudos de jornalismo verificar a participação das mulheres na produção de reportagens investigativas, que refletem uma produção altamente qualificada e diferenciada do jornalismo do dia a dia, do *hardnews*. Além disso, observar se há peculiaridades nos métodos de apuração, interpretação e de comportamento ético das profissionais, de acordo com o gênero. São possibilidades de novos estudos. Alguns autores sustentam que a mulher, por razões históricas e culturais, pode ter um olhar diferenciado no universo do trabalho.

Nesse sentido, o levantamento preliminar que identifica a autoria feminina na premiação principal do Prêmio Esso de Jornalismo, consagrado como a maior distinção jornalística no Brasil, aponta uma evolução da participação da mulher na autoria de reportagens investigativas, como produção individual, como autoria principal ou membro da equipe de repórteres.

Essa participação acontece tardiamente, embora a feminização das redações venha ocorrendo desde os anos 50. A presença majoritária de mulheres na imprensa brasileira se dá na primeira década do século XXI, paralelamente ao período em que se observa o maior número de premiações: de um total de 13 prêmios principais, oito foram conquistados por elas.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

CRISTOFOLETTI, R; KARAM, F.J. Jornalismo investigativo e pesquisa científica. Porto Alegre (RS): Insular, 2011.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE; BARROS (Orgs.). Métodos e técnicas de Pesquisa em comunicação. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FORTES, L. Jornalismo investigativo. São Paulo:Contexto, 2005

GODOY, A.S. Pesquisa Qualitativa – Tipos fundamentais. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, São Paulo, v. 35, n. 3, mai/jun 1995, p. 20-29.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias**. Um manual para jornalistas investigativos. França: Unesco Publishing, 2013. Disponível em www.unesco.org/uy. Acesso em março de 2014.

KOSHIYAMA, Alice Mitika (org.). Mulheres Jornalistas: opções Profissionais para a Construção da Cidadania. São Paulo, Com-Arte, 2001.

MARCET, JMC. Investigar para sacar a La luz hechos ocultos. IN: MARKINA, IC (org). La especialización em El periodismo. Comunicación social: Sevilla-Zamora, 2010.

MURARO, R.M; BOFF, L. Feminino e Masculino. São Paulo: Record, 2010

NETMT (NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO). Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

NUNES, L. O jornalismo investigativo em risco. OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, edição 699, 19/jun/2012

PEREIRA, F. Jornalistas-Intelectuais no Brasil. São Paulo: Summus, 2011.

SEQUEIRA, CM. Jornalismo investigativo. São Paulo: Summus, 2005

SOUSA, J.P. As notícias e seus efeitos. Coimbra, Portugal: Minerva/Coimbra, 2001.

TEMER, A; ASSIS, F; SANTOS, M. Jornalismo de imersão sem preconceito. Trabalho aceito para apresentação em Colóquio “Em Immersion”, em Rennes, França, de 27 a 29 de novembro de 2013.